

Entre telas e enxadas

**A formação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
(MST) entre o campo e a cidade**

GT8: Comunicação Popular, Comunitária e Cidadania

Pablo Nabarrete Bastos

Prof. Me. na Universidade Nove de Julho – UNINOVE – na área de
Comunicação Social-Publicidade e Propaganda.

Doutorando em Ciências da Comunicação, no Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Comunicação – PPGCOM – da ECA-USP. São Paulo, Brasil.

Linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania.

pablobastos@hotmail.com; pablo@uninove.br

Resumo

O MST nasce em 1984 como movimento social camponês nacional, constituído e organizado para lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Transformações históricas que ocorrem com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, com a reprodução ampliada do capital no campo e na cidade, o avanço das lutas e conquistas do MST – na espacialização, socialização política e comunicação – e com a formação científica e política dos seus quadros, há um processo de aproximação entre o trabalhador do campo e da cidade, o desenvolvimento da percepção da universalidade da classe trabalhadora, que pode fortalecer a consciência e a luta política da classe trabalhadora no campo e na cidade. O objetivo deste artigo é compreender como evolui historicamente a formação política do MST entre o campo e a cidade.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); movimentos sociais; espaço rural e espaço urbano; universalidade de classe; comunicação popular.

Introdução

(...) lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadores Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc. Sabemos que a solução para estes problemas só será possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras (MST, 2009).

(...) as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, entre os homens que não se vêem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles (GRAMSCI, 1966, p. 115).

O MST nasce em 1984 como movimento social camponês nacional, constituído e organizado para lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Transformações históricas que ocorrem com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, com a reprodução ampliada do capital no campo e na cidade, o avanço do neoliberalismo, a crise dos partidos políticos de esquerda, o avanço das lutas e conquistas do MST – na espacialização, socialização política e comunicação – e com a formação científica e política dos seus quadros, há um processo de aproximação entre o

trabalhador do campo e da cidade, o desenvolvimento da percepção da universalidade de classe, da luta de classes, o que pode fortalecer a consciência e a luta política da classe trabalhadora no campo e na cidade. Paulatinamente, sustenta-se a concepção de que a luta do MST, dos camponeses, faz parte de luta mais ampla, ligada à totalidade dos processos. Totalidade da sociedade capitalista, do modo capitalista de produção estruturado com o antagonismo entre classes dominantes e classe trabalhadora, que engloba os espaços rural e urbano, diversidade que forma a unidade, no movimento de reprodução ampliada do capital (MARQUES, 2006, p. 172). Alianças, parcerias e diálogos com outros movimentos sociais existem desde o surgimento do MST¹. Amiúde, esse diálogo tem se ampliado com outros movimentos sociais, não somente com aqueles ligados à questão da terra, mas também movimentos sociais e trabalhadores urbanos, coadunados principalmente sob o diapasão dos princípios e da luta socialistas.

O diálogo entre o MST e os movimentos sociais e trabalhadores do espaço urbano está ligado a três importantes processos históricos que ocorrem durante a década de 1990 e que se interligam dialeticamente. O crescimento do neoliberalismo como tendência econômica e política mundial, que se intensifica no Brasil e na América Latina neste período, acentuando o antagonismo entre capital e trabalho; não obstante, esse crescimento da exploração da classe trabalhadora acaba fomentando novas articulações políticas. A crise dos partidos políticos de esquerda como principais mediadores entre as demandas das classes populares e os projetos políticos, e como principais responsáveis pela construção da unidade entre teoria e prática política na organização da luta socialista. E, por fim, o crescimento do MST como referência de movimento social de esquerda no Brasil e na América Latina, que começa a aglutinar em sua órbita movimentos sociais e trabalhadores também do espaço urbano, que

¹ Central Única dos Trabalhadores – CUT – Sindicato de Trabalhadores Rurais e Operários, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA – Comissão Pastoral da Terra – CPT -, Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário – CIMI são entidades parceiras do MST desde o seu nascimento.

passam a enxergar no MST um porto seguro para organizar, formar e fortalecer a luta socialista.

O amplo diálogo com outros movimentos sociais surge também como corolário da postura do MST, resultado de um amadurecimento histórico, de se posicionar como um movimento de massa (CALDART, 2004), aberto ao diálogo e à interação com outros movimentos e trabalhadores que compactuam do objetivo de construir um modelo de desenvolvimento com soberania popular: um Projeto Popular para o Brasil.

Neste artigo, a comunicação é trabalhada de modo transversal, sendo compreendida principalmente como um campo de disputas de poder e ideias, como dimensão estratégica para produção material e simbólica na contemporaneidade, e como nível fundamental para o posicionamento e formação dos sujeitos nos processos de lutas sociais e políticas. Nesse ínterim, a comunicação desenvolvida pela mídia comercial, hegemônica, quase sempre entra em conflito com a comunicação popular, desenvolvida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, com potencial contra-hegemônico.

A metodologia, com relação às técnicas utilizadas, consiste em pesquisa documental realizada a partir das atas dos Congressos do MST e dos materiais de comunicação do movimento – documentos, campanhas, revistas, jornais, cartazes e sítio eletrônico. São aplicadas técnicas qualitativas – entrevistas semi-estruturadas e observações de ações cotidianas. A amostragem será não-probabilística, “amostragem por quotas (seleção de um número de indivíduos proporcional à importância das categorias que eles representam no conjunto)” (THIOLLENT, 1980 p. 34).

Com o avanço da pesquisa e conhecimento sobre o tema, a composição do corpus teórico, em diálogo com o objeto de pesquisa, passou a se erigir em torno de três eixos de análise: o viés dialético materialista aliado à tendência crítica dos estudos culturais, a perspectiva materialista sobre a produção do espaço social e os estudos de comunicação sobre o MST. Desenvolvemos interface social com teorias da geografia humana, sobretudo para compreensão da produção do espaço social, as relações entre espaço urbano e rural, camponeses e proletários, seus processos de luta e alianças políticas.

Na pesquisa bibliográfica sobre o MST é de grande relevância o livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, resultante da pesquisa desenvolvida por Roseli Salete Caldart, em sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolvemos revisão bibliográfica sobre a relação entre o MST e a comunicação principalmente a partir de artigos publicados principalmente nos congressos nacionais de comunicação, da INTERCOM e da COMPÓS, e assim pudemos desenvolver os recortes teóricos, empíricos e os métodos de análise buscando originalidade na abordagem do tema.

O artigo *“De primeiro, a gente lembrava...” - Comunicação e interação de moradores do Assentamento Itapuí-RS com o Movimento Sem Terra*, das autoras Catarina Farias de Oliveira e Denise Cogo, apresentado no Congresso Nacional da INTERCOM de 2011, é decorrente da pesquisa de pós-doutorado de Oliveira com a supervisão de Cogo. As autoras apresentam pesquisa desenvolvida no assentamento de Itapuí-RS a partir de um olhar etnográfico, buscando perceber como as experiências com o MST são mantidas e (re) atualizadas a partir de relatos dos assentados e da observação sistemática do cotidiano do assentamento. As autoras mostram que os processos e projetos comunicacionais do MST apresentam especificidades nas três instâncias que interligam e compõem o MST: o movimento, acampamento e assentamento. Então, quando pesquisas sugerem que há mudanças no modo de ver a

comunicação no MST, de um caráter instrumental para um caráter estratégico, as autoras ponderam que essa é uma realidade das políticas comunicacionais do movimento e não uma prática nos assentamentos.

A partir do mapeamento desenvolvido por Oliveira e Cogo (OLIVEIRA e COGO, 2011) de pesquisas sobre o MST na área de comunicação e da pesquisa bibliográfica sobre o tema que estou desenvolvendo, é possível perceber a existência de dois grandes eixos de perspectivas nos modos de pensar a comunicação no MST. O primeiro centra-se na análise da relação do MST com a mídia comercial. Um dos pioneiros trabalhos sob essa perspectiva foi desenvolvido por Baccega e Citelli, em 1989, em artigo intitulado *Retórica da manipulação: os sem terra nos jornais*, no qual os autores desenvolvem uma reflexão sobre a linguagem construída pelos jornais dos meios de comunicação de massa para se referir às ações do MST. Há prolífica reflexão acerca da utilização dos termos invasão e ocupação. “Assim os lexemas invadir e ocupar serão utilizados como expedientes retóricos asseguradores de visões de mundo e concepções organizadas da sociedade” (BACCEGA e CITELLI, 1989). Mais recentemente, pesquisas mostram, além do confronto ideológico entre mídia comercial e MST, a evolução da percepção do Movimento acerca da importância estratégica da mídia comercial, fazendo com que o Movimento pense em formas e ações para pautar a mídia (BERGER, 2006; PAIERO, 2009). Desse modo, Berger sugere que “por isso, o MST precisa ‘reinventar’ sua luta. Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser” (BERGER, 1996, p. 54).

Outro eixo de análise nas pesquisas de comunicação sobre o MST tem como foco a visão estratégica de comunicação no MST expressa no desenvolvimento de suas próprias mídias como meio de autorrepresentação no confronto ideológico e disputa simbólica com a mídia comercial (MARTINS e NUNES, 2011; NUNES, MENEZES e CARVALHO, 2009). Essas pesquisas apontam a criminalização do MST por parte da grande mídia, o que de certa forma

contribuiu para o desenvolvimento estratégico de suas próprias mídias. Assim, a partir de sua própria construção midiática, “o MST se auto-projeta através de sua capacidade de mobilização e de sua organização interna, conclamando a todos os povos da América Latina a trilharem o mesmo caminho rumo à resolução de seus problemas” (NUNES, MENEZES e CARVALHO, 2009, p. 11).

A partir da pesquisa bibliográfica, documental e do trabalho de campo desenvolvido até aqui é perceptível que esta pesquisa trata de abordagem original do tema dentro do campo da comunicação, e que possui relevância científica e política na contemporaneidade. A relação e comunicação do MST com movimentos sociais e trabalhadores do espaço urbano, em perspectiva histórica e dialética, ainda não foi estudada com profundidade. O objetivo deste artigo é compreender como evolui historicamente a formação política do MST entre o campo e a cidade.

Matrizes históricas do MST

Esse movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas. (CALDART, 2004, p. 27).

A pesquisadora Roseli Salette Caldart identificou duas principais matrizes históricas na gênese do MST: a camponesa - por ter sua raiz nas lutas do

campesinato brasileiro – e a religiosa – pois a Igreja, sobretudo setores progressistas da Católica, mas também a Luterana, inicialmente através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), na década de 60, e principalmente, a partir de 1975, através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), teve papel central na formação do MST. (CALDART, 2004). Essas organizações da Igreja fundamentam suas ações sociais e políticas na Teologia da Libertação, cujos teólogos “fazem uma releitura das Sagradas Escrituras da perspectiva do oprimido e condenam o capitalismo, considerando-o um sistema anti-humano e anticristão”. (MORISSAWA, 1990, p. 105).

Caldart identifica três grandes momentos da história do MST: o primeiro é o da articulação e organização de luta pela terra para construção de um movimento de massas de caráter nacional; o segundo momento é o do processo de constituição do MST como uma organização social dentro do movimento de massas, e o terceiro momento, que perdura, é o da inserção do movimento de massas e da organização social MST na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil (CALDART, 2004).

Os três aspectos apontados por João Pedro Stédile como os principais na definição do MST mostram a amplitude do olhar do movimento, que busca conciliar particularidade e totalidade, as questões camponesas e suas especificidades inseridas em processos mais amplos de disputas de forças hegemônicas e contra-hegemônicas, entre interesses da classe trabalhadora e do grande capital, o que favorece desde o início a composição de diálogos e a construção de uma unidade política no interior do MST e junto a outros movimentos sociais. A primeira característica é que se trata de um movimento popular. O MST é um movimento das famílias sem-terra: pai, mãe, crianças, jovens, adultos, idosos, sem processos de filiação formal, como ocorrem nos sindicatos e partidos políticos. Desse modo, o MST entende que não precisa necessariamente ser camponês para participar das lutas pela reforma agrária, dentro da especificidade de suas atuações podem participar o padre, o

professor, o agrônomo, o médico etc. Stédile avalia que: *eu acho que isso deu também uma consistência maior ao MST, porque ele soube se abrir ao que havia na sociedade e não ficar fechado ao que seria um movimento camponês típico, mas sem abrir mão da vinculação com a base. O MST tem que ser feito pelos trabalhadores* (CALDART, 2004, p. 115).

O segundo aspecto apontado é que o MST tem um componente sindical que se concretiza no modo como o MST encampa as lutas corporativas dos assentados: créditos, estradas, saúde, educação etc. A terceira característica é o componente político presente desde o início do MST expresso na consciência de que **a luta pela terra e pela Reforma Agrária fazem parte da luta de classes**, o que significa organizar a luta, estratégias, táticas, princípios, valores, ideologia, de forma mais ampla e em conjunto com outros setores progressistas da sociedade. Alguns fatos e momentos históricos vão contornando e delineando essa identidade Sem Terra mais ampla, popular, humanista, aberta ao diálogo e negociação com outros estratos da classe trabalhadora do país.

MST: diálogos e articulações com outros movimentos sociais

No período de gestação do MST, entre 1979 e 1984, havia diversas entidades atuando ora como apoiadoras ora como articuladoras de ações de lutas e ocupações na terra, o que denota necessidades e condições objetivas para articulação nacional de lutas pela reforma agrária. As principais entidades apoiadoras desde o início do movimento são as seguintes: Central Única dos Trabalhadores – CUT – Sindicato de Trabalhadores Rurais e Operários, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA – Comissão Pastoral da Terra – CPT -, Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

Joaquim Pinheiro², Coordenador Nacional do Coletivo de Relações internacionais do MST, afirma que estão empenhados em construir articulações com movimentos sociais de outros países, e destaca o relacionamento com outros movimentos camponeses desde 1992, quando houve por parte dos governos de Portugal e Espanha a proposta de se comemorar os 500 anos de descobrimento da América. Nesse momento, o MST acreditou ser importante marcar uma posição e fazer um protesto porque pensam que não houve o “descobrimento” da América e sim, com a chegada dos espanhóis, o extermínio da gente que vivia aqui nessas terras e que deveriam protestar contra essa ideia de comemoração. Daí surgiu a articulação com movimentos e organizações diversos no continente, o que originou a campanha chamada *500 anos de resistência indígena, negra e popular*. Essa campanha foi importante porque em todos os países da América Latina os movimentos sociais se uniram e protestaram contra seus governos. Em Porto Seguro, o governo federal mandou construir uma caravela em celebração à chegada dos espanhóis, e os militantes do MST se reuniram com os índios Pataxós, movimentos quilombolas da região e fizeram uma luta de enfrentamento, logrando problematizar a ideia de comemoração. Nesse processo de articulação, o MST conseguiu identificar no continente os movimentos ligados às lutas pela terra, movimentos ligados aos chamados povos originários, como os indígenas, movimentos ligados às lutas das mulheres, os quilombolas, os negros. Assim, nesse processo de identificação entre os movimentos camponeses, os movimentos deram origem à Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo – CLOC – em 1994, uma articulação continental de movimentos ligados à luta pela terra, que compõe a Via Campesina, que é fruto dessa movimentação e articulação global de lutas dos movimentos sociais camponeses. No momento, estão empenhados na articulação com outras

² O depoimento de Joaquim Pinheiro foi coletado no Seminário “Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação”, promovido pelo Jornal Brasil de Fato junto ao Departamento de Jornalismo da PUC-SP, no dia 26/11/2012, no campus da PUC-SP em Perdizes.

organizações e movimentos sociais, não somente camponeses, para desenvolvimento da ALBA - Aliança Bolivariana para as Américas.

O período em que fica mais clara essa visão do MST com relação à necessidade de articulação e diálogo com outros setores e organizações da sociedade para as grandes transformações sociais, para a construção de um Projeto Popular para o Brasil, é a partir do terceiro Congresso Nacional, que ocorre em 1995, quando outorgam o lema: Reforma Agrária uma luta de todos, o que denota reciprocidade, desse modo também são do MST as demais lutas populares do país.

Em setembro de 1996, na semana da Pátria, o MST lança o Manifesto ao Povo Brasileiro, confirmando algumas ideias que delineiam esse momento de esforços para diálogos mais profundos com a sociedade. Foi divulgado em cartaz e tinha o seguinte início: *Somos sem terra. Somos trabalhadores e sonhamos com um Brasil melhor para todos. Mas na sociedade brasileira atual é negado ao povo o direito de vida digna.* Ainda em 1996, em dezembro, tem início uma campanha de intensa mobilização dos sem-terra do MST contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, marca do modelo neoliberal perpetrado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso com avassalador processo de privatizações e desnacionalizações. Na análise de Caldart, a mobilização promovida pelo MST causou espanto em setores tanto da direita como da esquerda do cenário político nacional. Na direita, o espanto foi por considerarem uma afronta os sem-terra se envolverem dessa forma nessa questão. Na esquerda, por dois aspectos. Primeiro pelo fato de que os sem-terra mostrarem que não queriam apenas terra, mas o direito de cidadania plena. E também porque “outros segmentos que poderiam estar à frente dessa luta não estavam, pelo menos não com a força necessária para mobilizar o povo brasileiro contra essa ação, e o significado que teria para o futuro do país”. (CALDART, 2004, p. 147).

Em 1997, ocorre o grande marco de mobilizações do MST que o constitui como movimento de massas aberto ao diálogo com outros setores da sociedade para empreender as transformações sociais em benefício da classe trabalhadora: a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*. A marcha saiu de três diferentes Estados, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, em 17 de fevereiro, e chegou a Brasília em 17 de abril, data transformada em Dia Internacional da Luta Camponesa, em homenagem aos 19 trabalhadores Sem Terra assassinados em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996. Cerca de 1.300 Sem Terra caminharam mil quilômetros representando os sem-terra de todos os acampamentos e assentamentos do país e conseguiram a proeza de reunir cerca de 100 mil pessoas na capital federal. Um símbolo de solidariedade ao MST, de união de diferentes setores da classe trabalhadora, de importantes segmentos da sociedade contra o modelo neoliberal do governo nacional em curso.

As movimentações para construção de um debate mais amplo sobre a situação do país, as razões estruturais da situação de precariedade da classe trabalhadora no campo e na cidade, bem como de busca de alternativas para o desenvolvimento se intensificam em 1997, com um conjunto de debates e iniciativas que ficou conhecido como Consulta Popular, um fórum que contou com a participação de diversos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e a Central de Movimentos Populares – CMP.

No segundo semestre de 1998, o MST realiza a Marcha pelo Brasil em conjunto com organizações do campo e da cidade: movimentos populares, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e igrejas. Organizaram-se em 72 colunas com cerca de 200 pessoas em cada uma e fizeram uma grande caminhada passando pelas cidades e discutindo com o povo a sua situação, a do país e refletindo sobre alternativas para superação dos problemas. A Marcha pelo Brasil se juntou ao Grito dos Excluídos, “uma manifestação

popular promovida pela Igreja junto com organizações e movimentos sociais, e que, nos últimos anos, vem transformando o 7 de setembro em um dia nacional de protestos...”. (CALDART, 2004, p. 147). Em 1999, os Sem Terra entram novamente em marcha coordenando a mobilização popular em parceria com a CMP, movimentos de mulheres do campo, do Movimento de Pequenos Agricultores, alguns sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e Pastorais Sociais da CNBB. Na *Marcha Popular pelo Brasil*, aproximadamente mil pessoas, entre pequenos agricultores, mulheres trabalhadoras do campo, sindicalistas, estudantes, índios, trabalhadores do campo e da cidade, percorreram cerca de 1580 quilômetros passando por cidades e pelos campos conversando com as pessoas, buscando entender os problemas e encontrar alternativas para o desenvolvimento nacional. Chegaram em Brasília em 7 de outubro de 1999.

A partir dos debates, diálogos e articulações com outros movimentos sociais ajudaram a construir o Fórum Social Mundial³, cuja primeiro encontro mundial ocorre em 2001, na cidade de Porto Alegre-RS. O Fórum era para o MST necessário desde o início por ser um espaço importante ao permitir a reunião de organizações de todo o mundo que estavam nas suas lutas e em seus países fazendo o enfrentamento ao modelo neoliberal. Mas o fórum é um espaço bastante amplo de articulações e deliberações de movimentos diversos, sendo assim, dentro do Fórum Social Mundial, o MST passou a articular, a partir de um processo de identificação política junto a outros movimentos sociais da cidade e do campo, a chamada Assembléia dos Movimentos Sociais. Neste espaço de debates puderam articular ações e lutas

³ O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. (fonte: www.forumsocialmundial.org.br).

conjuntas com outros movimentos, além dos camponeses também de outros setores da cidade. No dia 15 de fevereiro de 2003, organizaram um dia mundial de luta contra a invasão dos EUA ao Iraque, mobilizando pessoas e movimentos de todos os continentes. Reuniram cerca de 50.000 pessoas na Paulista. Atualmente, no Brasil, atuam junto a outras organizações, entidades e movimentos sociais camponeses, sobretudo através da Via Campesina Brasil. As organizações que integram a Via Campesina são o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens -, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores -, o MST, a CPT – Comissão Pastoral da Terra -, a FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil -, a ABEEF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal -, o CIMI – Comissão Indígena Missionária -, o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, e também organizações representativas dos pescadores e quilombolas. Na cidade, Joaquin Pinheiro afirma que o principal espaço de articulação e diálogos com outros movimentos é a Assembleia Popular, que congrega Pastorais Sociais, entidades que compõem a Via Campesina e a Marcha Mundial de Mulheres. Mais próximo às entidades sindicais atuam junto à Coordenação dos Movimentos Sociais, sempre com o intuito de construir alianças e lutas conjuntas. Possuem a proposta de debater um Projeto Popular para o País, uma alternativa de desenvolvimento para o País, fora dessa questão político-partidária. Pondera que essa articulação nem sempre é fácil, concorda que existe uma fragmentação nas organizações, que muitas vezes cada uma enxerga seus problemas e demandas, o que não favorece as lutas mais amplas.

É flagrante nos materiais de comunicação do MST, Revista Sem Terra, Jornal Sem Terra, documentos armazenados na página do MST na internet, nas falas dos militantes, de que esse período de oito anos do governo FHC foi de grande ofensiva à classe trabalhadora, sendo o MST eleito o inimigo número um a ser combatido. A determinação era a perseguição sistemática ao MST. Joaquin Pinheiro afirma que o MST teve acesso à lista da Polícia Federal, que

denomina como a polícia política do governo, onde as prioridades eram MST, crime organizado, tráfico de armas, contrabando de drogas e depois vinham outras prioridades. Muitos integrantes do MST estavam presos ou com mandados de prisão e praticamente impedidos de fazerem reuniões. Acreditam que sobreviveram porque tinham uma unidade nacional e um foco na luta que foram muito importantes. O contraponto dessa violência material e simbólica é que esse período foi também de grande agitação, mobilização e busca de diálogos, articulações e lutas conjuntas entre os movimentos sociais, que viram que a sobrevivência de suas lutas seria decorrente da organização e busca de unidade política entre a classe trabalhadora do campo e da cidade, principais oponentes do neoliberalismo agressivo do governo nacional.

Joaquin Pinheiro analisa que estamos vivendo um momento de descenso do movimento de massa. Aborda que, ao menos no campo mais próximo ao MST, e destaca que vivemos num país com quase 200 milhões de pessoas, a última vez que conseguiram reunir num ato conjunto unificado 100 mil pessoas foi em 1997, na marcha de Brasília. Constata que é um momento de fragilidade dos movimentos sociais e da classe trabalhadora que não conseguem se mobilizar a se articular para frear esse avanço do modelo neoliberal, mas salienta que esse é um desafio e um dever para todos os militantes, todos os brasileiros que querem um país melhor.

Eixo Metropolitano do MST

Fernandes desenvolve o conceito de espacialização, e entende o MST como um movimento socioterritorial, devido à expansão do movimento na conquista dos territórios através das caminhadas, marchas, ocupações, no processo de luta e apropriação social da terra contra ao modelo de apropriação privada pelos capitalistas e o agronegócio. No processo de espacialização, o MST conquista territórios em espaços sociais próximos aos grandes centros urbanos. Nesses espaços limítrofes, nas zonas de fronteira, que compõem o

Eixo Metropolitano do MST, superpõe-se espaços sociais distintos, o global e o local, o moderno e o tradicional, o urbano e o rural, o camponês e o operário, favorecendo diálogos e alianças entre a classe trabalhadora e também expondo grandes desafios às lideranças do MST por serem espaços mais sujeitos aos fascínios do consumo e das produções simbólicas da indústria cultural, como o Hip Hop. Como raciocina Lefebvre, o advento da eletricidade e o avanço dos meios de comunicação modificam intensamente o cotidiano, mas também enriquecem as representações do espaço, sendo os jovens os mais suscetíveis aos apelos do consumo. (LEFEBVRE, 1969). O depoimento de Ana Chã ⁴expressa bem as características e desafios que esses espaços sociais expõem

Agora, hoje em dia, a maioria dos assentamentos tem acesso à energia elétrica, então você vai para um assentamento, onde antigamente uma casa tinha televisão com gerador e que reunia todo mundo, e hoje a maioria das casas tem uma ou mais de uma televisão. Tem uma pesquisa feita por um companheiro sobre a chegada da indústria cultural no assentamento dele. E é bem interessante. No dia que chegou a energia elétrica, chegou o caminhão das Casas Bahia que ia de casa em casa e ligava a televisão e diziam quantas prestações eram, que eram imensas, e assim a grande maioria comprou televisão a prazo (...) Tem vários assentamentos que hoje têm acesso à internet. Dentro dos assentamentos não são tantos, mas facilmente os jovens acessam nas cidades mais próximas (...) Então, dentro dos assentamentos existe algo bem híbrido: uma cultura

⁴ Ana Chã é Coordenadora Nacional de Cultura do MST. Este depoimento está em BARBALHO, Alexandre. Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). In: XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. ALAIC 2012. Anais.

que é da terra, que é de território, que tem a ver com a identidade do movimento, onde se cantam as músicas do movimento, onde se faz a mística, ou tem grupo de teatro de jovens. Mas isso convive, diariamente, com ouvir rádio que passam as músicas mais variadas do mercado, com letras e ritmos que são opressores, falando mal da mulher, estimulando a violência. Então isso convive ali diariamente. Tem lugares onde tem grupos de jovens que procuram debater o que se ouve, mas tem lugares onde a gente não alcança de fazer isso.

A militância nos movimentos sociais aparece como possível saída para a situação de miséria e abandono da jovem classe trabalhadora. Muitos jovens do MST dedicam sua vida, trabalho, à militância, não permanecendo assentados e sim viajando, participando dos cursos de formação do movimento e militando em diferentes espaços sociais. Como expressa a fala de Célio Romoaldo: “Chegando em São Paulo, em 2002, eu já começo a participar dos programas de formação do MST e a partir daí já tenho um desligamento familiar, e aí comecei a viajar o Brasil na militância do movimento. Minha família está assentada. Eu não sou assentado. É o caminho de muitos jovens no movimento. A gente vê a possibilidade de se realizar como ser humano. É a vida, é a militância”.

A liderança do MST busca encontrar maneiras de equacionar a matriz histórica camponesa, com esforços de resgate da cultura tradicional, com esses novos elementos do consumo e da indústria cultural que perpassam o cotidiano dos assentados que vivem e militam em zonas de fronteira. Como qualquer movimento social há disputas e negociação de ideias pela hegemonia, não há unanimidade acerca de todas as questões e sim sentidos que se esclarecem, mudam e se moldam ideologicamente conforme as forças sociais operantes se ajustam no processo de luta política. Algumas matérias na página eletrônica do

MST expressam esse debate. Da mesma forma em que há matéria como a intitulada “MST resgata cultura tropeira em cavalgada na região de Itapeva⁵”, que traz palavras e conceitos como tradicional, passado, resgate, que denotam o esforço em manter a tradição camponesa. Outra matéria intitulada “O papel da música, arte e esporte⁶”, que tem como principal tema a juventude, traz conceitos como “produzir o novo”, “sermos jovens do movimento”, porém sempre com a preocupação de marcar a polarização com a ideologia capitalista dominante. Os assentamentos não são ilhas, estão inseridos na totalidade dos processos, à lógica de produção da mercadoria que media as relações sociais no capitalismo. Alexandre Barbalho defende que essas tensões e negociações sinalizam “entre-lugares”, espaço onde a cultura se desenvolve pela interculturalidade, o que considera um espaço estratégico na contemporaneidade pois possibilita articular diferenças culturais. (BARBALHO, 2012, p. 8). O depoimento de Ana Chã mostra a disputa e negociação simbólica dessa dialética cultural:

O nosso objetivo não é resgatar as manifestações culturais puras, até porque o que é puro hoje num mundo onde a informação circula por todo lugar, mesmo no mais isolado? Então não existe mais isso, de uma cultura camponesa que é pura. A gente sofre influência de todo lugar. O que a gente entende é que não pode se apropriar disso sem que haja um compreensão crítica. É a gente poder, na medida do possível, conhecer essas outras expressões, refletir sobre elas e depois inclusive ressignificá-las para o lugar onde a gente está, para esse jeito de ser sem-terra. A gente vê isso como bastante positivo, estimula. Hoje em dia, em alguns estados, tem

⁵ Disponível em <http://www.mst.org.br/MST-resgata-cultura-tropeira-na-regiao-de-Itapeva>
Acesso em 15/07/2012

⁶ Disponível em <http://www.mst.org.br/node/10379>
Acesso em 15/07/2012

também Brigadas de Agitação e Propaganda, que são Brigadas que fazem mais esse dialogo na cidade e essas linguagens todas se faz uso delas, estêncil, grafite, formas de teatro, como teatro invisível, que a gente percebe que elas funcionam melhor no espaço urbano, elas conseguem chegar mais nas pessoas, então o Coletivo está se apropriando disso, estudando e fazendo. Então, em vários lugares que você for, provavelmente vai encontrar expressões que as pessoas, em um primeiro olhar, diriam 'ah, isso é cultura da cidade e não do campo', e elas estão convivendo ali perfeitamente integradas, com outro jeito de fazer. Mas também isso ainda é um tema que o Movimento não sabe muito bem como lidar com ele. Ele vai acontecendo. A gente entende como Coletivo que é um movimento super-rico, que traz outros repertórios, mas ainda existem resistências.

Perspectivas

O que está faltando, então, para nosso país? O que está faltando para nosso país é um projeto de país. Um projeto que enfrente as mazelas do capitalismo, e que se proponha a resolver os problemas da população, como emprego, renda, desigualdade social, acesso ao ensino superior, erradicação do analfabetismo, terra para os camponeses, e melhoria nas condições de vida nas grandes cidades. E, para isso, será necessário enfrentar o capital financeiro e as empresas transnacionais e reorganizar a economia a favor da maioria. (...) Por isso, essa missão somente será possível se as forças

populares pegarem para si, e construir uma proposta de interesse do povo brasileiro. Para que em torno dela se possa aglutinar as mais diferentes formas de organização de nosso país, sejam partidos, sindicatos, movimentos populares e igrejas. (...) Precisamos urgentemente construir um projeto de desenvolvimento popular, para o Brasil.

(João Pedro Stedile em artigo na Revista Caros Amigos, nº 177, 2011).

O MST busca construir e mostrar outra lógica de organização e domínio do espaço e do tempo, questão fundamental na luta de classes (HARVEY, 1993), que se contrapõe à lógica do grande capital, representado pelo agronegócio, o Estado e as multinacionais da comunicação. Está em gestação um Projeto Popular para o Brasil, que possui nas luta pela apropriação do espaço, na prática espacial e representações do espaço, dimensões estratégicas de luta entre estratégias de classe opostas. Mas esse projeto só terá êxito se houver um trabalho de base consistente e se a classe trabalhadora de fato construir a consciência de classe no processo de luta, nas alianças, diálogos e arranjos sociais que ocorrem e se fortalecem na vida cotidiana. Além dos processos de formação e socialização política, há movimentações na vida cotidiana, aproximações no processo de luta que podem criar a “liga”, o “cimento” para ganhar forma esse projeto a partir da base, da terra, do chão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baccega, M.A., & Citelli, A.O. (1989, 23-29 de abril). Retórica da manipulação: os sem terra nos jornais. In: *Comunicações e Artes*, (20) São Paulo.
- Barbalho, A. (2012). Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). In: *XI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. ALAIC 2012. Anais*.
- Bastos, P. (2012). Faces do espelho Processos de construção de sentidos sobre o Movimento Hip Hop do ABC Paulista. In: *XI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. ALAIC 2012. Anais*.
- Berger, C. (2006, jul.) O caso Aracruz: Do fato ao acontecimento jornalístico (um outro, o mesmo). *UNIrevista*, 1 (3),1-15.
- Berger, C. (1996). *Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais, as relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora*. 326 f. Tese (Doutorado) em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes. Universidade São Paulo, São Paulo.
- Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Fernandes, B. M. (1999). *MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo*. (2ª ed.) São Paulo: Editora Hucitec.

Gramsci, A. (1966). *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Harvey, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Lefebvre, H. (1969). *A vida quotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisseia.

Marques, M. I. M. (2006). Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. *AGRÁRIA*, (5)170-185, São Paulo.

Martins, H. B., & Nunes, M. V. (2011). Das idéias que se fazem gestos: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas. In: *XX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2011. Anais. Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS.

Morissawa, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.

Nunes, M. V., Menezes, A. S., & Carvalho, A. G. (2009). Auto-imagem do MST na "Revista sem Terra": a Guerra Simbólica através da Mídia. In: *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009. Curitiba, Anais*. Curitiba: Positivo.

MST. (2010). *Lutas e Conquistas*. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



MST. (2009). *Nossos objetivos*. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Oliveira, C. F. de., & Cogo, D. (2011) “De primeiro, a gente lembrava...” - Comunicação e interação de moradores do Assentamento Itapuí-RS com o Movimento Sem Terra. In: *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife. Anais*.

Paiero, D. C. (2009). A construção da imagem pública do MST por meio da criação de fatos noticiáveis. In: *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. Anais*. Curitiba: Positivo.

Thiollent, M. (1980). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis.